



Sindicato dos Empregados em Administradoras de Consórcios, Vendedores de Consórcios, Empregados e Vendedores em Concessionárias de Veículos, Distribuidoras de Veículos e Congêneres no Estado de Minas Gerais

1º de maio mobiliza o País pela redução da jornada de trabalho

O coletor de impostos volta a aumentar o juro

O Governo Lula comemora o dia de Tiradentes para aumentar a taxa de juro para os consumidores brasileiros. A luta de 206 anos da Inconfidência contra a "derrama" continua acesa contra os magestosos governos que coletam toda a economia do povo e ameaçam os "inadimplentes". Página 4

A Força Sindical MG, com apoio do SINDCON-MG, promove mais um Dia do Trabalhador de protesto e de mobilização para encaminhar medida reivindicada há longos anos. Além dos shows, sorteio de prêmios (inclusive um carro zero quilômetro), vamos recolher assinaturas para apresentar Projeto de Emenda à Constituição, para votação da redução da jornada no Congresso Nacional. **PÁGINA 2**



2

Jornada semanal de 40 horas já!

As centrais e sindicatos de todo o País procuram incendiar a campanha nacional pela redução da jornada semanal de 44 para 40 horas semanais, sem redução do salário. A campanha foi ampliada desde o último dia 14, para colher um grande volume de assinaturas de apoio da sociedade e fortalecer o projeto popular de Proposta de Emenda Constitucional. Os sindicalistas apelam aos trabalhadores e cidadão em geral para que não deixem de assinar e colaborar para esta grande conquista dos trabalhadores!

Atividade informal ainda é um problema

Além desta grande luta desenvolvida pelas centrais sindicais em todo o País, os trabalhadores têm uma batalha árdua contra a praga das contratações irregulares no mercado de trabalho. Os diagnósticos de

institutos de pesquisa falam corriqueiramente em informalidade sobre uma prática de sonegação de direitos dos

trabalhadores, através do trabalho prestado sem carteira assinada e sem até mesmo nenhuma forma de contrato.

Em debate sobre terceirização promovido pela Força Sindical-MG, tivemos confissão de técnico da Delegacia Regional do Trabalho do completo desaparelhamento da fiscalização, com número irrisório de trabalhadores para

levantamento de irregularidades nas empresas.

A carteira assinada continua sendo nosso documento mais importante para alcançarmos direitos como a aposentadoria, auxílios doença e tantos outros que dependem da não sonegação dos "encargos sociais", que o patronato comumente declara "tão pesados" e que diminuem sua margem de lucro.



Reajustes of para a rec

O governo federal manto de recuperação gradativa mínimo, aplicando reajustes acumulada medida pelo INF ganhos reais do valor do P Interno Bruto) do ano anterio

Neste ano, o salário reajustado em 9,2%, para u acumulada em 5,23% (INPO O valor de R\$ 415,00 é uma se levarmos em conta que deveria ser suficiente para família (os pais e dois deper 30 dias. O salário mínimo, continua sinônimo de atividades de pouca ou qualificação profissional, rejum declaração cabal de pobreza" no País.

Desde que a lei proil quaisquer negociações de ra salário mínimo, o mercado vem apresentando um desco deteriora o valor dos se categorias profissionais. Tra que ganhavam pouco ma engolidos pelo salário mínimo limite mais baixo da misera mais uns poucos anos engre mais o caldo de trabalha recebem mensalmente o sal pois suas categorias profi

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

MARÇO 24%

ABRIL 20%

MAIO 24%

E JORNAL X SIND P E D PI Gerse E N T



PresidenteGerson Fernandes

Diretoria Executiva

Diego Gonçalves
José Eustáquio
Manoel Borges
Kelly Calais
Andréia de Souza

Marcos Vinícius

Edição

José Geraldo Ribeiro
MG 02717 JP
Fotos
Tomaz Cintra
CTP e Impressão
Gráfica Everesty

ABRIL 2008
Distribuição gratuita

Av. Itaú, 400 - Dom Bosco - BH/MG Cep: 30730-435 Fone: (31) 3464-8383 FAX: (31) 3464-5678 e-mail: sindcon@sindconmg.com.br site: www.sindconmg.com.br

Aposent

As aposentadorias e acumulando mais perda movimentos de aposen o governo federal, o vachatado ano a ano, em Pouco adianta o trabalha a 10 salários. No mom leva uma foiçada e vai fator previdenciário, ju permite que um tra aposentado.

tei



de salários perdem feio uperação do "mínimo"

ém a política do salário pela inflação PC (IBGE) e IB (Produto pr.

mínimo foi ma inflação para abril. a aberração, e o mínimo manter uma ndentes) em no entanto, valor para nenhuma presentando "estado de

piu vincular reajustes ao de salários mpasso que alários de abalhadores is já foram no e caíram bilidade. Em essará ainda adores que ário mínimo, ssionais só

alcançam reajustes, no máximo, pelo INPC pleno e o piso brasileiro vai alcançandoos gradativamente.

Não se pode dizer que este estado de coisas signifique uma valorização extraordinária do salário mínimo. Na verdade, ao não implementar ganhos reais nos acordos coletivos, o patronato de categorias com alguma especialização ou qualificação não se dá conta de que enterra um mínimo de valor profissional de seus trabalhadores. No médio tempo teremos uma massa gigantesca de trabalhadores contratados pelo salário mínimo e nada poderá segurar mais trabalhadores qualificados, que abrirão seus próprios negócios. Para que investir em uma especialização, treinamento e qualificação profissional, se todos ganhamos o salário mínimo?

Esta distorção se apresenta há vários anos. Para contrapô-la, os patrões deveriam estar concedendo ganhos indiretos nos acordos coletivos, como planos de saúde, participação nos lucros, prêmios de produtividade, auxílios educação e de moradia, seguro de vida em grupo, subsídio à alimentação e tantas outras coisas básicas para uma família que não podem ser conquistadas com um salário mínimo de R\$ 415,00. Se nada for feito, o salário mínimo será, em breve tempo, mais endêmico do que a dengue!

adorias despencam

e pensões foram reajustadas pelo governo em 5%, as em relação ao salário mínimo. Apesar dos grandes tados pressionando deputados federais, senadores e alor das aposentadorias e pensões continua sendo a política contínua de baixar os gastos da Previdência. ador pagar contribuições ao INSS que podem chegar tento do cálculo da aposentadoria, o valor a receber caindo ano a ano em direção a um salário mínimo. O sustificado pelo esticão no tempo de vida, quase não balhador possa usufruir, pelo menos, 10 anos de oria. Quem gritava pela "justiça social" e nas rédeas do governo nada faz.

Governo diz que biodiesel não ameaça alimentos

Leilões de biodiesel realizados nos dias 10 e 11 de abril pela Agência Nacional do Petróleo, Natural Biocombustíveis (ANP) movimentaram mais de R\$ 887 milhões com a comercialização de 330 milhões de litros do biocombustível. Segundo a ANP, o volume atende à demanda de biodiesel para o 3º trimestre de 2008. Ainda no dia 11, foram comercializados 66 milhões de litros de biodiesel a um preço médio de R\$ 2,685/litro. O produto será entregue entre julho e setembro. Desta vez, a concorrência foi aberta para produtores com e sem o Selo Combustível Social. O Selo é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) às empresas que promovem a inclusão social ao adquirir prioritariamente matéria-prima de agricultores familiares.

O percentual de mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel passará de 2% para 3%. A nova determinação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) entrará em vigor no segundo semestre de 2008.

Esta política fará acelerar o processo de produção do biodiesel e vem fomentando denúncias de que a opção pelo biodiesel seria a responsável pela crise de produção de alimentos que ameaça o planeta. O governo brasileiro procura contestar e abordará a "segurança alimentar" na 30ª Conferência da FAO (Organização das Nações Unidas), informando que "é possível produzir alimentos e combustíveis" e de que a "a crise alimentar existente no mundo não se deve a uma reduzida produção de alimentos". O governo acredita que a crise alimentar serve para demonstrar "quais países têm políticas efetivas de segurança alimentar".

Orca Veículos continua dificultando alimentação

Será julgado nos próximos dias pela Sexta Turma do TRT - Tribunal Regional do Trabalho - o recurso que o SINDCON-MG impetrou contra decisão insatisfatória proferida pelo Juízo de 1ª Instância. A diretoria do Sindicato aguarda que desta vez a decisão seja favorável por se constituir uma legítima reparação dos prejuízos causados aos trabalhadores.



A derrama continua e leva todos à forca

nálises sociológicas, an tropológicas e de miscige nação não faltam para explicar a tragédia brasileira. E num país carnavalesco e da piada pronta é, no mínimo, curioso a divulgação pelo governo da elevação da taxa de juro, na véspera de um 21 de abril, marcado para a história e como feriado, para a felicidade geral da Nação, pela lembrança de nosso mais famoso enforcado, na luta pela derrama.

Caso pudesse imaginar que 208 anos depois a coleta de impostos seria ainda muito mais draconiana, certamente o Tiradentes teria fugido da forca. A fama não valeria a pena, como mostram os resultados das reuniões do Copom, com um "quinto" que faria inveja aos coletores de impostos da Coroa.

A taxa de juro permita pela própria Constituição Brasileira foi carimbada em 12% anuais, em 1988. Mas o "espicha-encolhe" na política cambial e financeira desta terrinha faz com que ela varie de 12 a 21% ao mês, ao mesmo tempo proibindo importações, promovendo vales-geladeira, bolsa-miséria e tantos paliativos da falta de tutano dos governantes ou do pouco gosto pelo trabalho.

Agora em abril é hora também do acerto com o "leão". O vale de lágrimas indaga porque o gasto pleno com educação, em escolas particulares que cobram o olho da cara, não pode ser integralmente deduzido, se o governo não cumpre suas responsabilidades educacionais. É de chorar não conseguir pagar o financiamento habitacional, que já comeu o equivalente a três apartamentos, sobrando ainda à vítima um saldo devedor de um apartamento e meio. O imposto de renda é a encarnação do mal, saqueando salário miseráveis, impossibilitando a paz familiar e escancarando uma porta sombria para a marginalidade e outras formas menos decentes de sobreviver.

JURO QUE EMPOBRECE O PAÍS

Mais uma vez, somos sacudidos pela especulação de "volta da inflação", que motiva o governo em ampliar a taxa de juro, para inibir o crédito ao consumidor.

Com isto, voltamos ao risco de desaquecimento de investimentos na produção e retorno de maior atrativo para ciranda financeira. Comprar à prestação volta a ser uma ameaça em potencial e pegar dinheiro em financeiras ou usar descontroladamente o cartão de crédito pode representar sofrimento futuro certo.

Tais medidas podem voltar prejudicar as vendas de bens como
automóveis, pois as prestações a
longo prazo podem se transformar
em um dispêndio astronômico para
os compradores. A poupança para
investimentos à vista continua sendo o melhor a fazer, diante de uma
economia que parece ter a estabilidade de um castelo de areia e em
que o juro é a única ferramenta de
administração dos ocupantes da
Fazenda e do Banco Central.

